Jornadas da fome: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas (Ceará, anos 1950)

Staved Journey: the routine of degradation toil of the workers-cassacos in public works during droughts (Ceará, 1950's)

Lara de Castro*

Resumo: Durante as estiagens na década de 1950, os trabalhadores do semiárido foram empregados em diversas frentes de serviços acionadas por autoridades sob a justificativa de fornecer auxílio aos pobres e controlar a migração para outros estados. Ao conseguir ocupação nas obras, os trabalhadores vivenciavam um cotidiano de ausência de parentes, escassez de água, fome, serviço pesado e mal pago com comida. Ademais, a insuficiência alimentar somada às condições insalubres nas obras resultava na disseminação de doenças, acidentes de trabalho e até a morte. Neste artigo nós analisaremos especialmente os aspectos desse Mundo do Trabalho relacionados aos pagamentos, alimentação, fome, além das doenças e acidentes.

Palavras-chave: Trabalho; fome; degradação; doenças.

Abstract: During the droughts in the 1950s, the semi-arid workers were employed on several fronts of services triggered by authorities on the grounds of providing aid to the poor and control migration to other states. By achieving occupation in the works, the workers were experiencing a lack of absence of families, water scarcity, hunger, heavy duty and underpaid with food. Moreover, food insecurity added to the unsanitary conditions in the works resulted in the spread of disease, accidents and even death. In this sense, it is intended discuss the problems involving food, hunger, in addition to diseases and accidents.

Keywords: Work; hunger; degradation; diseases.

* Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-UNIFAP) e nos Cursos de Graduação em História da UNIFAP. E-mail: laravcf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6389-7415>.

DESDE A METADE DO SÉCULO XIX a ocupação de trabalhadoras e trabalhadores em obras públicas não era novidade. Se por um lado, depois desse período, as autoridades passaram a entender que os serviços públicos comumente conduzidos independentemente das secas como espaços que poderiam servir para empregar os pobres e, assim, justificar a assistência em tempos de secas, por outro lado, as vagas em obras também se tornaram gradativamente as respostas dadas às multidões de retirantes que reclamavam emprego e alimento.¹

Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) por meio do Decreto n.º 619, de 21 de outubro de 1909, o Ministério da Viação e Obras Públicas visava organizar os serviços de combate às secas da região semiárida compreendida entre os estados do Piauí e norte de Minas Gerais. A criação do órgão, entretanto, além da organização de obras como açudes e estradas, centralização e unificação de outras ações contra as secas que se encontravam naquele momento desordenadas, objetivava também levar o progresso ao semiárido enfrentando o problema das secas como uma questão nacional de caráter social e econômico.

Entretanto, em 1915, pela primeira vez, o governo federal articulou-se com autoridades públicas e particulares da região, atualmente conhecida como Nordeste. Através da comissão de Obras Novas Contra as Secas da IOCS, criou-se amplo programa de frentes de emergência seguidamente à declaração oficial da calamidade pública provocada pela estiagem daquele ano. Deliberadamente, ao iniciar dezenas de obras por todo polígono das secas, o que se desejava era ocupar a mão de obra dispersa pela estiagem, justificando o socorro aos pobres e ao mesmo tempo evitando o êxodo de braços para outros estados e os conflitos provocados pela chegada de aglomerações de retirantes aos núcleos urbanos.²

A partir desse momento, a cada seca, passou-se a fundar um programa emergencial e sistematizado de obras, cuja execução era centralizada pelo governo federal. Além de aproveitar as obras em curso, o Estado passou a criar obras especialmente com a finalidade de fornecer ocupação e fixar em seus locais de origem milhares de obreiros. Assim sendo, esse momento concretizou uma mudança nas políticas de Estado em tempos de secas.

Ao longo de toda primeira metade do século XX, essa política se fortaleceu. A política de incentivo e subsídio da migração perdeu espaço, ainda que não completamente nos planos governamentais durante as secas, havendo um investimento maior na organização de obras

1 NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Em sua pesquisa, Neves estudou acontecimentos de 1877 até a década de 1950, visando demonstrar a consolidação de uma tradição de protestos em tempos de secas. Na concepção do autor, as obras, a doação de alimentos, passagens etc. estão entre as respostas do poder público aos movimentos e saques dos retirantes durante as estiagens.

2 Essas observações são resultantes da pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Bahia, entre 2007 e 2009. A comissão em questão, “Obras Novas Contra as Secas”, ainda não havia sido objeto de estudo. Por isso, a historiografia menciona o ano de 1932 como marco para a instauração de “frentes de emergência” em épocas secas, ou seja, a organização de um conjunto de obras, centralizadas federalmente, com o objetivo de empregar retirantes. FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos**: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

de emergência. No início da década de 1950, centenas de pobres protagonizaram a edificação de variadas obras por todo o Nordeste, oportunizadas, novamente, pelas secas, neste caso as estiagens de 1951-1953 e 1958.³

Ambigualmente, justificada por autoridades públicas e particulares como forma de auxílio e fixação dos sertanejos, para evitar a migração de braços, toda essa estrutura erguida pelos trabalhadores combinava também com a relativamente acentuada aceleração urbana e industrial que, concentrada especialmente nas grandes capitais do país, seria levada às demais regiões brasileiras, rumo à integração nacional (de acordo com o ideário nacional-desenvolvimentista).

As secas da dezena de 1950 estão num contexto de tentativa de amenizar certos desníveis socioeconômicos entre os centros mais dinâmicos e áreas tidas como subdesenvolvidas, como o Nordeste e a Amazônia. Assim, novos órgãos regionais de fomento ao desenvolvimento daquela região surgiram entre o final da década de 1940, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Suvale). Da mesma forma, na década de 1950, visando facilitar linhas de crédito, empréstimos e outras questões financeiras, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tendo como

3 Peço licença aos leitores para a longa, mas justa e necessária nota historiográfica. Citei alguns trabalhos que, de alguma forma, versam sobre a utilização da mão de obra de retirantes em obras públicas em tempos de secas. Primeiro, temos uma relevante dissertação desenvolvida entre os anos 2000 a 2003, que estuda o emprego de retirantes em construções organizadas localmente no estado do Ceará, no século XIX, com o objetivo de evitar a mendicância e também como forma de “educar para o trabalho”: SILVA, Jeovah Lucas da. **As bênçãos de Deus**: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Posteriormente temos a pesquisa de Cândido, publicada em 2005. Um trabalho centrado na construção da estrada de ferro de Baturité e no cenário de confrontos, que lotou em seus serviços, operários, retirantes e engenheiros: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005. Em seguida, temos outro grupo de trabalhos que se concentram nos estudos sobre a presença dos trabalhadores retirantes nas ditas “obras contra as secas”, entre elas, obras permanentes e de emergência. O trabalho desenvolvido no meu mestrado entre os anos 2007-2009 que estuda a vida de retirantes-operários e engenheiros em frentes de emergências, centralizadas no governo federal, organizadas pela comissão de Obras Novas Contra as Secas (1915-1919): FERREIRA, op. cit.; publicado pelo DNOCS/BNB em 2010. Temos ainda a dissertação que estuda a implantação do projeto de “combate às secas” da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) através “das relações entre engenheiros civis e sociedade local, nas obras de açudagem”: LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas**: Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Outro trabalho que trata dos embates e expectativas em torno da construção do açude Cedro, primeiro grande projeto de “combate às secas” no Brasil, discutindo também, entre outros, a irregularidade do trabalhador nas obras como entrave a sua conclusão: MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao sertão**: ciência, política e trabalho na construção do açude Cedro (1884-1906). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. A tese de Cândido retoma seu estudo sobre os retirantes nas obras da estrada de ferro de Baturité, incluindo dessa vez o trabalho em “obras de combate às secas”, entre elas a do açude Cedro: CÂNDIDO, Tyrone. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919). Tese (Doutorado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Publicada recentemente: CÂNDIDO, Tyrone. **Proletários das secas**: experiências na fronteira do trabalho (1877-1919). Curitiba: Appris, 2019. Por último, a dissertação de Magnel Ferreira que centra-se na construção do açude Araras e faz importante discussão sobre o trabalho de mulheres naquela construção. RODRIGUES, Francisco Magnel Carvalho. **Seca, deslocamentos e serviços de emergência**: a experiência dos trabalhadores da construção do açude Araras (1951-1958). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. As estiagens e o enfraquecimento dos serviços na lavoura também foram motivações para trabalhadores livres pobres procurarem as obras da construção de estrada de ferro de São Francisco na Bahia no início da segunda metade do século XIX, antes mesmo da seca de 1877. SOUZA, Robério Santos. **Se eles são livres ou escravos**: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

principal aporte de recursos o Fundo das Secas.

Todas essas agências de fomento mantinham estreita relação com o principal órgão empregador durante as secas. No plano internacional o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) manteve suas relações com o *United States Bureau of Reclamation* (USBR). As duas instituições concordavam com a política de combate às estiagens com foco no acúmulo de água em reservatórios e promoviam o intercâmbio entre os seus profissionais. Ainda mais, diversas construções do USBR também igualmente serviram como frentes de trabalho nos EUA, especialmente a açudagem.⁴

No segundo governo Vargas, a política de acúmulo hídrico voltou a ter fôlego, acreditava-se que o atraso do Nordeste seria superado pela irrigação e outras benfeitorias que viriam através da água acumulada em açudes. Fora isso, as rodovias também tiveram amplo papel nessa gestão. A partir de 1956, com o presidente Juscelino Kubitschek, as iniciativas desenvolvimentistas fortaleceram-se. No Nordeste discutia-se a desigualdade regional como entrave ao desenvolvimento do país, elencando como principais medidas “a industrialização autônoma”, a “transformação da economia agrícola das faixas úmidas” e “das zonas semiáridas”. Esses debates foram promovidos especialmente pelo Grupo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação de Celso Furtado, e resultaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em fins da década de 1950.⁵

Nesse segundo momento, aliás, ocorreu uma reorientação na política em torno das secas. Se até meados da década de 1950 ainda persistia a ideia de “combater” as secas (mediante a modificação do meio natural) tendo o acúmulo de água como mola mestra fundamental, após os anos 1950, em vez de “combater” as estiagens, começava-se a se pensar em “conviver” (através da modernização técnica e econômica das atividades) com o semiárido. Para isso, volumosos créditos foram liberados para construir obras que se constituíssem em investimento no âmbito da política desenvolvimentista.

Os açudes e estradas iniciados durante as secas da década de 1950 como frentes de

4 Na verdade, em 1902, sete anos antes do atual DNOCS ser designado para operar no semiárido brasileiro, a USBR foi criada como agência de recursos hídricos, implantando centenas de barragens ao longo do século XX. Durante a grande depressão, com o programa *Civilian Conservation Corps Legacy* (CCCL) inaugurado por Roosevelt, foram autorizados projetos com a dupla finalidade de desenvolver a infraestrutura e fornecer ocupação em obras públicas aos desempregados. Outras construções também foram implantadas posteriormente, nos anos 1940 e 1950. Canais, estradas, açudes, como a grande barragem do rio Colorado (1956), arregimentaram centenas de jovens desempregados, especialmente de áreas rurais. Em análise comparativa, nota-se que tanto os projetos brasileiros como os estadunidenses tinham foco na “solução hidráulica” para reparar os problemas dos seus semiáridos. Além disso, ambos utilizaram o emprego de pobres em diversas obras organizadas por agências federais em períodos de crise como justificativa de assistência aos necessitados. Entretanto, uma comparação entre as políticas das agências de recursos hídricos no Brasil e nos EUA e, especialmente, uma investigação que aproxime o cotidiano dos operários nas diversas frentes de trabalho, numa perspectiva transnacional, só será possível em outro momento. Cf.: PFAFF, Christine. **The Bureau of Reclamation's: Civilian Conservation Corps Legacy**. Colorado: US Depart. of Interior, 2010; SALMOND, John A. The Civilian Conservation Corps and the Negro. **The Journal of American History**, v. 52, n. 1, p. 75-88, Jun. 1965. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1901125>. Acesso em: 21 jan. 2015; SOURCE, Eric Gorham. The Ambiguous Practices of the Civilian Conservation Corps. **Social History**, v. 17, n. 2, p. 229-249, May 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4286017>. Acesso em: 21 jan. 2015.

5 LIMA, Claudio Ferreira. A questão regional. **Revista Conviver Nordeste Semiárido**, Fortaleza, v. 1, n. 6, p. 113-114, 2009.

emergência e as construções públicas, que já estavam em andamento e foram aproveitadas como obras de socorros, passaram de 100 somente no estado do Ceará, organizadas majoritariamente pelo DNOCS. Todos esses acontecimentos produziram uma farta documentação administrativa, que somada aos jornais, fontes orais, literatura, memórias, entre outras, possibilitou observar as experiências dos trabalhadores das obras contra as secas. Este artigo versará exatamente sobre os Mundos do Trabalho, que se organizou na década de 1950 no interior dos serviços emergenciais das secas, considerando o contexto de degradação, exploração e lutas das trabalhadoras e trabalhadores pobres.

No Ceará, milhares de trabalhadores foram alistados em frentes de emergências localizadas em estradas de rodagem, obras de açudagem, de perfuração de poços, instalação de canais de irrigação, redes de energia, postos de piscicultura e diversas outras construções públicas, com a justificativa de empregar os pobres das secas e controlar também as migrações para os estados de outras regiões. Os trabalhadores deslocavam-se para os canteiros das obras e disputavam os alistamentos para garantir vaga de emprego e, assim, a sobrevivência. Numa dura lida nas obras públicas, em situações sociais e culturais distintas das habituais fora dos anos secos, labutando em troca de comida, os trabalhadores chamados de cassacos ficavam frente a frente a um cotidiano de convivência com o cenário das máquinas, serviço pesado e mal pago, acampamentos precários, escassez de água até para beber e fome.

Em regime de diária e empreitada, em turnos as vezes dobrados, os trabalhadores de diferentes faixas etárias eram alocados principalmente para lida em trabalhos manuais. Desmatamento e roçagem, corte de terra, expurgo, extração de terra e pedra com pá, britamento de pedra com picareta, transporte de terra e outros materiais em carrinhos de mão eram os principais serviços desempenhados pelos trabalhadores-cassacos. Existiram, contudo, os obreiros que colaboraram em serviços que demandavam outros conhecimentos como de alvenaria para confecção de tijolos, telhas, adubos e erguimento de obras de “pedra e cal”; de ferragens para apontamento de ferragens, reparos de peças, confecção de grampos, parafusos; de pintura; de carpintaria e de marcenaria; entre outros.

Se o início de grandes empreendimentos e a súbita oferta de empregos funcionavam como fator de atração para a mobilização de um expressivo volume de braços, as obras de emergência eram criadas para atender a uma demanda já existente. Isto resultou num universo de labuta diferente que impactou num processo de exploração distinto de trabalhadores. As facetas mais problemáticas desses espaços não eram refletidas em lutas por melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo, mas em nome da garantia do alimento, da sobrevivência.

Imobilizados pela fome: o sistema de vales, os altos preços e os pequenos ordenados

A FOME ERA PERMANENTE e forte companheira dos trabalhadores das secas. Depois de muitas

andanças em busca de serviço, rotineiramente marcadas por privações de comida, ela parecia persegui-los. Se um dos principais modos de mitigar o sofrimento era lutar para garantir trabalho nas frentes de serviço, as pelejas dos trabalhadores para sobreviverem não se encerravam no instante em que conseguiam colocação na obra: o cotidiano era uma verdadeira jornada da fome. Em troca dos serviços prestados nas obras públicas, os operários recebiam vales que, em seguida, eram trocados por alimentos em estabelecimentos credenciados pelos órgãos responsáveis pelas construções, sendo então compensados posteriormente pelo governo federal. A paga recebida pelos trabalhadores-cassacos era insuficiente para a subsistência própria, pois, geralmente, era compartilhada com suas numerosas famílias.

Embora se saiba que a insegurança alimentar não era algo particular dos empregados das frentes de serviços das secas, sem dúvida, esta era uma das principais características daquele mundo do trabalho, pois, longe de atingir isoladamente um ou outro sujeito, atacava amplamente. Assim, labutando em troca de comida, os trabalhadores-cassacos e seus parentes viviam diuturnamente na lida com a fome. Nesses palcos de muita fadiga e pouco e oneroso sustento, sobreviviam muitos problemas. Os principais deles, aliás, relacionavam-se à carestia de mantimentos, exploração dos fornecedores, precariedade dos gêneros e falta de alimento.

Na tentativa de sobreviver, centenas de migrantes rumaram para os escritórios onde eram realizados os alistamentos, localizados nas imediações das obras ou nas proximidades dos centros urbanos. As vagas eram sempre insuficientes diante dos que reclamavam trabalho, existindo, portanto, os que não conseguiam se alistar nas frentes de serviços, de imediato. Estes aguardavam ou buscavam vaga em outras construções. Os regulamentos não permitiam o emprego de mulheres para os trabalhos não especializados e nem de menores de 18 anos; de fato, poucas foram as mulheres empregadas formalmente para os serviços braçais, o que não ocorreu com os menores de 18 anos. Fora isso, a orientação das instâncias superiores que administravam as obras era de que se alistassem homens, preferencialmente com maior número de filhos. Certamente uma vaga de emprego, poderia depender muito mais das redes de relacionamento que um sujeito tinha.

De qualquer modo, os poderes públicos e os chefes políticos locais mantinham amplo diálogo no universo das obras. Além dos clássicos estudos que apontam para a relação disso com os desvios de verbas na famigerada “indústria das secas”,⁶ pode-se afirmar que esse

6 “A indústria das secas” é um problema social no qual determinados grupos se beneficiam do momento de calamidade provocada pelas estiagens em detrimento das classes pobres. Enquanto as elites econômicas e políticas aumentam seu poder durante as crises, com o reforço do Estado, os mais vulneráveis, mesmo com a promessa de proteção desse mesmo Estado, sofrem com a piora de suas condições materiais de existência. Com a justificativa das montantes mazelas provocadas pela fome, são concedidas verbas, créditos especiais, perdão de dívidas, construções são realizadas em propriedades privadas. Utilizam-se também o emprego em obras públicas para tentar imobilizar trabalhadores em seus locais de origem. Desse modo, mantêm-se braços disponíveis para lavoura, pecuária e outras atividades depois de passado o período de seca e assegura-se também a conservação do poderio político através da fixação dos seus eleitores. As conjunturas das secas servem, desse modo, para aprofundar as já abissais desigualdades sociais que existem entre as classes sociais.

acordo também impactava as relações políticas e de trabalho nas obras. Durante as crises, quando faltava robustez financeira aos donos de terras, o Estado, através do emprego de pobres nas obras públicas, representava o apoio à manutenção e até ampliação do poder dos terratenentes. Ou seja, se em períodos de normalidade os chefes locais já tinham certa dependência do ascendente poder público, durante as secas, tais alianças contribuíam para assegurar controle e influência daqueles sobre os seus domínios. Tudo isso, certamente, também revela a manutenção de aspectos da cultura paternalista do sertão – prática política baseada num sistema de “troca de favores” – no universo das obras de emergência.

Após a conquista de uma vaga, dentro das obras, os trabalhadores labutavam em regime de empreitada ou de oito a 16 horas por dia, dependendo do gestor e da etapa da obra, com horário de ingresso registrado por apontadores. Vigiados por feitores de obras, fiscais, engenheiros e outros técnicos, os chamados cassacos, apesar de serem alocados conforme a necessidade, até para tarefas de ampla complexidade, ocupavam-se majoritariamente de tarefas mais braçais como roçar terreno, quebra pedra, cavar e carregar areia, como afirma o engenheiro Paulo Guerra:

Vimo-lo a cavar dreno em solo empedernido onde a picareta resvala e não penetra mais de um centímetro a cada golpe, sob o sol escaldante do meio-dia, com a temperatura do solo superior a cinquenta graus... Vimo-lo destocando, quebrando pedra, cavando barro, carregando caminhões, construindo aterros a carrinhos de mão ou retirando terra e lama das valas de drenagem, atolado na lama quente até as coxas.⁷

Dito isto, a racionalização do trabalho nas obras contra as secas se expressava através da hierarquia, divisão de tarefas e controle político e administrativo da produção, assim como na marcação do tempo, ritmado e compassado. O controle, disciplina e sincronização do trabalho faziam parte de uma equação cujo resultado deveria ser rapidez, minimização de custos e maior produção em menor tempo, garantindo a aplicação eficiente dos altos investimentos. Tudo isso contrastava bastante com os costumes da maioria dos sertanejos que orientavam seus afazeres por outras referências temporais, por exemplo, respeitando minimamente o tempo do estômago e do sono. Desse modo, é admissível dizer que o tempo das frentes de serviço pautado pela eficiência e produtividade era praticamente o oposto do tempo “sertanejo” orientado pelos usos, costumes e necessidades básicas ou imediatas.⁸ É importante apontar para a discussão, ainda que de forma breve, para que haja um entendimento de como as duras investidas dos que buscavam por ocupação nas obras e o contexto exaustivo e estranho aos trabalhadores que cooperavam para o ambiente de trabalho degradante potencializados pela fome e pelas doenças.⁹

7 GUERRA, Paulo. **A civilização da seca**: Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981. p. 137.

8 Em importante artigo publicado em 1967, na revista *Past and Present*, E. P. Thompson analisou os conflitos e transformações motivados pelo avanço da lógica produtivista e industrial na Inglaterra do século XVIII e a busca pela superação de formas produtivas, descanso e lazeres considerados ineficientes e ultrapassados. Cf.: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

9 As questões sobre os alistamentos e o cotidiano das tarefas exercidas não se encerram nos poucos parágrafos

O jornal *O Povo*, em abril de 1951, informou que, nas obras do açude Pentecoste (CE), vivia-se com salários ínfimos em relação ao alto custo de vida: um “regime de senzalas” que provocava “inúmeros casos de inanição”. “Regressei dali para não morrer de fome, com minha família e filhos”, declarou à reportagem “um dos egressos daquele campo de concentração”. Entre os motivos dessa adjetivação estava o fato de que assemelhadas a um campo de concentração, não somente as frentes de trabalho do açude Pentecoste, mas também diversas obras do DNOCS e DNER, tinham como características em comum o ambiente de alta densidade de pessoas, muita labuta, fome, inanição e mortes.

Sem dúvida, o aborrecimento com os comerciantes que os órgãos escolhiam para repassar os víveres aos trabalhadores pode ser verificado na análise das entrevistas, romances e jornais. Milton Cunha, empregado nas obras em 1958, ao tratar da rotina da prestação de contas do trabalho, fornece indicativos sobre a dinâmica dos recebimentos dos vales e altos preços. Milton conta que, depois de findado o serviço semanal, o apontador se dirigia ao local da obra para averiguar os trabalhos, certificando na caderneta de cada operário a conclusão dos serviços da semana. Depois disso, o feitor, junto com a sua turma, seguia para um lugar chamado “residência” (escritório onde eram feitos os alistamentos). As contas eram prestadas entre feitor e administrador e os vales eram distribuídos por meio de uma chamada a cada trabalhador. Finalmente, o grupo dirigia-se ao fornecimento, distante cerca de 60 quilômetros, para trocar seus vales por gêneros. Lá, as mercadorias não eram pesadas, e sim, medidas em vasilhames correspondentes a 1 kg e ½ kg, “tinha um preço dobrado”, era “100% mais cara”, estima ele. Isto tornava o ganho nas obras irrisório.¹⁰

O regime de vales vigorou durante todas as secas ocorridas na década de 1950 e o modo como esse serviço foi regulamentado deixou lacunas que facilmente foram preenchidas por intenções controversas. Em março de 1951, logo que os primeiros retirantes se alistaram, o jornal *Correio do Ceará*¹¹ já denunciava o aumento dos preços no mercado e entre os fornecedores, salientando que os comerciantes utilizavam a estiagem como justificativa para o acréscimo de cerca de 50% nos alimentos. Um mês depois, o mesmo periódico divulgou que, diante da falta de manifestação e instruções do governo federal, foi preciso a administração local intervir realizando um tabelamento dos gêneros que seriam encaminhados aos fornecedores dos serviços federais e aos particulares, “proprietários de fazendas ou sítios”, onde estavam sendo “construídas obras em cooperação com o governo”. Um indício de que, àquela altura, os comerciantes credenciados já operavam as

acima apreciados pelo leitor; essas discussões encontram-se amplamente debatidas na tese: FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

10 CUNHA, Milton. **Milton Cunha (depoimento, 2011)**. Entrevista cedida a Lara de Castro, Canaã, CE, 3 jun. 2011. Todos os entrevistados alinham-se à fala do Milton Cunha sobre os altos valores cobrados pela mercadoria dos mencionados estabelecimentos.

11 **Correio do Ceará**, Fortaleza, 29 mar. 1951.

vendas dos alimentos de modo abusivo.¹²

No início do ano de 1952, com as frentes de serviços ainda operando, outras denúncias ocorreram. O periódico *Correio do Ceará*¹³ informou que remessas de feijão e arroz armazenadas para o fornecimento “aos flagelados” foram adquiridas por comerciantes que então as desviaram de seus destinos. Os representantes das agências administradoras dos serviços de abastecimento confirmaram que as irregularidades envolviam vários fornecedores, corretores e negociantes, e muito dessa mercadoria adquirida a baixo custo já havia sido repassada a terceiros. Os prejuízos aos órgãos federais existiram, mas são evidentes, sobretudo, aos trabalhadores que enfrentavam escassez, anormalidade e carestia na distribuição dos mantimentos.

Em 1958, os relatos de fraudes e abusos foram ainda mais volumosos, sendo divulgados por periódicos de diferentes posicionamentos políticos e confirmados até pelo ministro da Viação e Obras Públicas (MVOP). Conforme o *Correio do Ceará*, no mês de abril, os comerciantes que eram “isentos de impostos” justamente para “vender mais barato” estavam cobrando 8 a 10 cruzeiros na rapadura cujo valor de mercado era cerca de Cr\$ 3,50, e 7 a 8 cruzeiros na farinha que tinha preço médio de Cr\$ 4,00.¹⁴ A *Gazeta de Notícias* informou que, enquanto os trabalhadores chegavam a desmaiar de fome, os fornecedores interessados em lucrar vendiam dobrado o litro de feijão, ou seja, 16 cruzeiros.¹⁵ Também o *Tribuna do Ceará* noticiou os altos preços do feijão e do arroz a 22 cruzeiros e a carne entre 35 e 50 cruzeiros. Desse modo, os altos preços impactavam a dieta do operário das frentes, especialmente se for considerado os 40 cruzeiros diários pagos aos trabalhadores, vencimento que mal dava para manter a farinha, feijão e rapadura da filharada.

O ministro da Viação e Obras Públicas Lúcio Meira, durante a seca de 1958, explicou que o sistema de vales era adotado porque o governo não poderia, através de seus órgãos, e nem também a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP) realizar a distribuição dos gêneros diretamente aos trabalhadores e, por isso, o repasse da mercadoria foi entregue aos estabelecimentos comerciais das regiões, chamados fornecedores, atuantes nos lugares em que estavam localizadas as obras.¹⁶ Esses comerciantes eram credenciados pelas repartições que organizavam as frentes de trabalho e abastecidos com gêneros isentos de impostos, através de acordo com o governo. Esses alimentos, por sua vez, deveriam ser tabelados abaixo do valor de mercado para a revenda aos trabalhadores, todavia, Lúcio Meira admitiu que, mesmo estabelecendo medidas de controle e fiscalização, esse sistema possibilitou fraudes, desvios e exploração dos operários.

Naquele ano de 1958, como dito acima, o ministro Lúcio Meira admitiu que, além das falhas no abastecimento de alimentos advindas das longas distâncias percorridas, dos difíceis

12 *Correio do Ceará*, Fortaleza, 25 abr. 1951.

13 *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 fev. 1952.

14 *Correio do Ceará*, Fortaleza, 9 abr. 1958.

15 *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 abr. 58.

16 DNOCS. *Boletim 1958*, Rio de Janeiro, v.18, n. 2, p. 34-40, nov. 1958.

locais de acesso e da “carestia da moeda”, ocorreram “fraudes praticadas quanto ao peso, à qualidade e aos preços dos gêneros alimentícios”. Salientou que, diante da conjuntura “dramática” de admissão de “centenas de trabalhadores manuais” e da incapacidade de manter funcionários para efetuar o serviço de repasse dos alimentos em proporção à necessidade, o único jeito era manter o fornecimento via comerciantes locais.¹⁷ Dessa maneira, o próprio ministro admitia que o provimento de comida aos trabalhadores não teve a regularidade desejada, ocorrendo inclusive momentos de completa escassez, piorados pelos reconhecidos abusos de comerciantes.

Os reclames com o fornecimento das obras são registrados também nas linhas do livro *Os cassacos*, de Luciano Barreira, que se passa na seca de 1958. “Os fornecedô tão tirando o côro dos cassaco (sic)”, lamenta um personagem do romance. Além da fila grande e vezeira, o dono do comércio tinha fama de querer ficar rico, vendendo cara a “mercadoria da pior espécie comprada a preço de banana”. Fora a carestia, a qualidade dos alimentos era posta em questão, especialmente a do feijão duro, difícil de cozinhar, da “carne rançosa” e da “farinha azeda”.¹⁸ É de se supor que os barracões das obras poderiam ser algumas vezes abastecidos com mercadoria de condição duvidosa, inclusive por conta das longas viagens que os gêneros faziam no calor até os locais do comércio ou até mesmo pelo desejo de lucro.

Os trabalhadores das frentes instaladas no Rio Grande do Norte enfrentaram problemas similares aos do Ceará. Certa vez, uma remessa de carne estragada fez adoecer diversos trabalhadores, especialmente os mais velhos que estavam em serviço. Duvidando da ocorrência, o governo foi averiguar e constatou que metade da carne ainda depositada estava estragada. Conforme Medeiros Filho e Sousa, os fornecimentos da população operária-retirante potiguar estavam “reduzidos ao charque, feijão e milho podres”.¹⁹ Na Paraíba, com o atraso nos recursos das obras do açude Piranhas, segundo o engenheiro Paulo Guerra, tudo corria por conta dos barracões que forneciam os gêneros com “lucros onzenários”, motivo de preocupação dos trabalhadores-cassacos. Com isso, numa visita de José Américo de Almeida, em 1951, um trabalhador aproximou-se e indagou: “doutor, que má pergunte, o senhor vai mandar fazer esse açudão todo fiado?” O engenheiro, que desejou mostrar nessa passagem a irreverência e o sarcasmo dos *cassacos*, auxilia no entendimento de como os empregados estavam cientes dos enormes débitos do DNOCS. Supostamente, o trabalhador sabia que fazer um açude com atrasos de repasses aos fornecedores implicaria em paralisações de obras e cortes no abastecimento.²⁰

Distintos jornalistas e escritores, engenheiros, os entrevistados e até o ministro, como se atestou, queixavam-se da qualidade e do preço da comida vendida pelos fornecedores das

17 DNOCS. **Boletim 1958**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 34-35, nov. 1958.

18 BARREIRA, Luciano. **Os cassacos**. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976, p. 17, p. 97.

19 MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste**: um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 71.

20 GUERRA, Paulo de Brito. **Flashes das secas**: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977. p. 35.

obras. Mesmo assim, as autoridades responsáveis pela demanda referente aos problemas das secas mantinham o sistema de abastecimento por meio de vales descontados em comércios particulares nomeados, ainda que não dessem conta de fiscalizar as ocorrências de fraudes e a mercadoria que deveria chegar a um custo baixo para os trabalhadores. Tudo isso porque os órgãos se recusavam a repassar o vencimento do operário em dinheiro sob a justificativa de que não davam conta de organizarem os pagamentos e que precisavam garantir que todo o valor recebido seria investido apenas na alimentação.

Dessa forma, a maioria esmagadora dos trabalhadores recebia seus pagamentos em alimento, apenas uma pequeníssima parcela dos administradores das obras aceitava que uma parte do vale fosse trocada por moeda circulante, com reduções de 20% do valor.²¹ Milton Cunha relata um tanto indignado que “não recebia um centavo”, fazendo questão de discriminar em entrevista o pouco que se podia adquirir com aquele vencimento nos fornecedores. Já José Ferreira tinha lúcida lembrança de que, na seca de 1951, os solteiros recebiam Cr\$ 12,00 e os casados, Cr\$ 14,00. Já na seca de 1958, a diária era padrão, isto é, 40 cruzeiros. Contudo, afirmou não lembrar o que dava para descontar em mercadoria com os vales recebidos, mas afirmou que a parte que levava para casa ao fim da semana era insuficiente para suprir as necessidades até um novo retorno a sua morada.

Em 1958 os trabalhadores reclamaram dos magros vencimentos, ainda mais desidratados pelos descontos e altos preços dos alimentos. O operário Antônio de Souza Abreu, de Nova Russas-CE, endereçou uma carta à *Gazeta de Notícias*, em 25 de abril de 1958, expondo que os valores do fornecimento eram superiores aos das mercearias locais. Numa breve comparação, ele discrimina que 500 gramas de rapadura custavam 4,50 cruzeiros e o quilo do feijão era Cr\$ 12,00 no comércio da cidade; em contrapartida, os fornecedores cobravam pelos mesmos mantimentos 10 e 20 cruzeiros, respectivamente. Com os descontos e a carestia, ele acrescentou, seu ganho se tornava irrisório, principalmente diante das despesas que ele precisava assumir.²²

Desde o fim do século XIX, o trabalho era a condição para que os migrantes das secas recebessem o “socorro público” do Estado. Jeová Silva, ao estudar a seca como elemento para a formação de uma mão de obra no século XIX, investigando obras de pequeno porte acionadas pelo governo do Ceará, ou de grande porte, como a estrada de ferro de Baturité financiadas pelo governo federal, alega que os retirantes passaram a ser vistos como trabalhadores sem condições de prover o próprio sustento na seca. Por conta disso, as autoridades providenciavam meios de subsistência, mas em troca cobravam a prestação de serviços manuais.²³ O sistema de vales como permuta por alimentos nem sempre foi comum a todas as obras públicas em tempos de secas. A tese de Cândido²⁴ sobre trabalhadores nas

21 **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 23 maio 1958; 10 jun. 1958; **Correio do Ceará**, Fortaleza, 9 abr. 1958; **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 24 abr. 1958.

22 **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 24 abr. 1958.

23 SILVA, op. cit.

24 CÂNDIDO, op. cit., 2014.

secas em obras públicas no século XIX evidencia que os operários recebiam em espécie ou de modo fracionado em alimentos e dinheiro, na forma ou não de vales. Com a centralização das frentes de trabalho pelo governo federal, depois da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, os vales passaram a ser largamente utilizados nas obras públicas de emergência. Trocados por mercadoria, esse sistema restringia as condições de uso do próprio vencimento pelo trabalhador.²⁵

Esse regime foi adotado durante as secas que se seguiram ao longo da primeira metade do século XX e prevaleceu nas ocorrências durante o decênio de 1950. Em troca do aluguel de sua força física – mantidos na posição de fracassados –, os trabalhadores-cassacos recebiam vales que, exceto em raríssimas exceções, somente podiam ser trocados por certos alimentos e em estabelecimentos credenciados para o fornecimento das frentes.

No entanto, embora os trabalhadores-cassacos labutando em troca de comida embarquem a definição de “trabalhadores livres”, uma vez que havia restrições ao acesso e usufruto do seu pagamento, não eram necessariamente “escravos”. A problemática sobre as mais variadas modalidades de trabalho e os significados de liberdade existentes no sistema capitalista suscitam importantes reflexões sobre o universo do trabalho nas obras públicas em tempos de secas. O capitalismo propicia essa ambiguidade. Uma vez que o Estado não mais legitima a propriedade privada de uma pessoa sobre a outra, característica da escravidão, os indivíduos gozam juridicamente da liberdade; contudo, contraditoriamente, veem-se obrigados a se alugar por meio da venda de sua força de trabalho, uma vez que, expropriados os seus “meios de produção”, limitam-se suas escolhas e condições de vida.

Os cassacos, a propósito, no contexto estudado, eram trabalhadores juridicamente livres, mas não eram sequer assalariados. Todavia, como afirma Van der Linden, é fundamental entender que o trabalho assalariado, “centro das atenções de Marx”, é somente uma das maneiras que o “capitalismo encontra para transformar força de trabalho em mercadoria”, existindo muitas “outras formas que demandam igualmente atenção”.²⁶ Mesmo considerando as modalidades de trabalho contemporâneo e as discussões sobre limites que a dinâmica do mercado incide sobre a liberdade dos indivíduos, os cassacos ainda são de difícil conceituação.

Um exemplo próximo, em termos comparativos, em igualmente período próximo, era o dos “Soldados da Borracha”. Os historiadores Secreto e Ferreras²⁷ aproximam a experiência desses sujeitos a um “trabalho análogo à escravidão”. Considerando as questões contemporâneas ao artigo 149 do Código Penal Brasileiro de 1940, que institui como crime “reduzir alguém à condição análoga de escravo”, código influenciado inclusive pelas “denúncias de exploração

25 CASTRO, Lara de. “Avalanches de flagelados” no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. **Série Conviver**, n. 12. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

26 LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 23.

27 FERRERAS, Norberto Osvaldo de; SECRETO, Maria Verónica. Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho degradante, trabalho análogo à escravidão e outras categorias do mundo do trabalho contemporâneo. In: FERRERAS, Norberto Osvaldo de; SECRETO, Maria Verónica. **Os pobres e a política: história e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2013. p. 81.

de trabalhadores na região amazônica”, os referidos pesquisadores afirmam que o mesmo Estado que penalizou esse tipo de abuso “encaminhou legalmente trabalhadores ao Norte”, à Floresta Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial, porém em condições degradantes e, muitas vezes, “nas mãos de empreiteiros sem qualquer proteção legal”.

Os trabalhadores das obras contra as secas também foram alistados em projetos que faziam parte de uma política de Estado. As frentes de serviços deveriam cumprir o papel de evitar o êxodo e fornecer assistência por meio da ocupação dos trabalhadores desempregados pela seca. No entanto, as condições de trabalho eram precárias, a lida era pesada, especialmente se forem consideradas suas dificuldades de subsistência; os vencimentos eram baixos e piorados pelos abusos dos fornecedores; alguns trabalhavam endividados pelos adiantamentos que recebiam logo que alistados; não existia qualquer proteção legal, visto a ausência de contratos, o que também excluía a garantia de direitos. Embora não fossem arregimentados compulsoriamente, pode-se considerar que eram constrangidos pelas circunstâncias da miséria extrema, frente às escassas alternativas, a alistarem-se nas frentes de trabalho. Ademais, forçados pela urgência da fome, às vezes no limiar da morte, escambavam sua labuta por comida e viviam num regime de trabalho degradante.

Rebecca J. Scott, ao comparar uma situação ocorrida em Nova Orleans, na Louisiana, em 1810, com um acontecimento que resultou na decisão do caso Siliadin contra França pela Corte Europeia de Direitos Humanos, afirma que num contexto da existência de poderes inerentes à propriedade e quando estes “são exercidos sobre uma pessoa – mesmo que ela não seja propriedade de ninguém –, a relação pode, no direito internacional, ser descrita juridicamente como de escravidão. Em outras palavras, a autora sugere que quando há a sujeição de uma pessoa ao poder de outra pessoa, mesmo que esta seja legalmente livre, sem que haja o direito de propriedade, num contexto de trabalho não remunerado, de retirada de autonomia, é possível utilizar o termo “escravo”, mais apropriadamente “trabalho análogo ao de escravo”, para pensar a condição social desse trabalhador, mesmo fora do contexto da escravização legal.²⁸

Diferentes formas de trabalho compulsório sempre existiram. Devemos atentar, porém, conforme Ângela de Castro Gomes, para as características nos diferentes espaços e temporalidades, respeitando as especificidades de cada período histórico. Partir da experiência para pensar o processo e o contexto de cada prática que caracteriza determinado “mundo do trabalho”, é, portanto, ponto de partida para a reflexão sobre os conceitos que tangenciam essas relações. Na contemporaneidade, especialmente após a II Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme a historiadora, foi preciso sofisticar o debate sobre a noção de trabalho análogo ao de escravo, haja vista a consideração não apenas dos crimes contra os direitos trabalhistas, mas também contra os direitos humanos

28 SCOTT, Rebecca J. O trabalho escravo contemporâneo e os usos da história. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 129-137, set. 2013.

do trabalhador.²⁹

Os operários das obras públicas em tempos de secas tinham limitada a sua liberdade de gestão da sua própria renda. Pode-se considerar que os trabalhadores não recebiam pagamento algum em troca das atividades realizadas. O Estado lidava com as frentes emergenciais e o sistema de vales como um modo de justificar a assistência em forma de transferência de recursos, que nesse caso era completamente indireta, já que o pagamento era o próprio alimento. Quando o Estado expunha milhares de obreiros a um regime de trabalho altamente degradante (sem água, imobilizados pela fome, longe de casa, em ambiente insalubre de muitas epidemias de diferentes doenças – como veremos adiante –, sem salário, cansados em ritmo extenuante), enfim, em condições de labuta humilhantes, de reconhecida indignidade, lidando forçados pela miséria e pela busca de garantir a sobrevivência, há exatamente um atentado contra os direitos humanos desse trabalhador, não apenas dos trabalhistas. Ademais, quando o Estado suprimia a liberdade do sujeito de gerir seu próprio ganho, por acreditar que eles não tinham condições de definir por si próprios seus destinos e sua própria manutenção, isso aprofundava ainda mais as condições desumanas de existência dessas pessoas e as colocava na situação de trabalhadores “não livres”.

Assim, era dessa maneira que as famílias pobres dos sertões semiáridos iam escapando durante aqueles anos difíceis, em meio às diversas dificuldades que concorriam para não garantir a necessária subsistência das crianças, velhos, homens e mulheres, especialmente dos que diariamente gastavam sua força trabalhando nas construções. Acontece que as famílias eram numerosas e às vezes somente um integrante do grupo familiar conseguia garantir o pequeno provimento, insuficiente para afiançar comida para si e a parentada.

As agruras da fome: arranjos cotidianos e ações conjuntas

NO DIA A DIA, as refeições eram preparadas em panelas de barro, alumínio, latas e outros utensílios improvisados. No início da manhã, podia-se tomar um café preto e, em algumas obras, eram distribuídas porções de leite aos mais fracos e doentes, mantimentos enviados por autoridades religiosas e associações filantrópicas, entre elas, o estadunidense Fundo Internacional de Serviço à Infância (FISI). Mais tarde, sob os cuidados das barraqueiras ou barraqueiros – função ocupada geralmente por trabalhadores mais velhos – ou ainda de esposas e filhas que permaneciam nos alojamentos, fervia-se o feijão, acompanhado de farinha e rapadura, para o almoço. Este almoço, que variava pouco e era consumido em pequenos ou maiores bocados, a depender do tamanho do grupo, era servido coletivamente entre onze e doze horas, logo depois do fim do primeiro turno de trabalho.³⁰ Muitos trabalhadores possuíam nesse alimento

29 GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, v. 11, n. 1-2, jan.- dez. 2008.

30 As anotações sobre o cotidiano alimentar foram baseadas nas entrevistas e nas memórias do engenheiro Paulo Brito Guerra. GUERRA, op. cit., p.16-17.

a refeição do dia, pois, por terem migrado sozinhos, precisavam guardar “o saldo do barracão” para suas famílias que ficavam a léguas de distância dos canteiros das construções, conta o engenheiro Paulo Guerra. Este era justamente o motivo para José Ferreira e outros colegas abrirem mão do jantar, já que, se comessem duas vezes, não sobraria quase nada para os parentes, conta ele.

Se a marcha nas obras era marcada pela fome, o dia a dia dos familiares também tinha suas dificuldades. Os retirantes que não conseguiam ocupação se mantinham especialmente da assistência obtida através do trabalho dos parentes, visto que, longe do núcleo urbano, ficava muito mais complicada a recorrência à caridade pública e, naqueles tempos, conseguir qualquer tarefa era muito difícil. Para alguns, restava apenas a espera do magro auxílio que seria levado ao acampamento.

Entretanto, frente às intempéries, comumente, os pobres não ficavam imóveis. Sidney Lobato, referindo-se ao alto custo de vida que a população pobre de Macapá (AP) enfrentava, nos anos 1950, cenário, aliás, presente em outras capitais do Brasil e sentido também em países da América Latina, relata que, diante do aumento dos preços da comida, os obreiros costumavam exercitar “a arte de viver do pouco ou, qual prestidigitadores, de fazer do pouco o muito”.³¹ Os pobres das secas e seus parentes também foram artífices de tal destreza, especialmente a fome ou a percepção de passar fome fazia com que eles acorressem a arranjos diversos para complementar a renda familiar. Individualmente ou em grupo, buscavam outras formas de ganho na natureza nas horas de folga. Fora isso, quando os abastecimentos das obras eram cortados, por eventuais problemas de repasse de pagamento ou mercadoria, as cidades eram testemunhas de chegadas massivas, através de movimentos coletivos causando pressão social e saques ao comércio.

Ocasionalmente, a população das obras caçava animais ainda resistentes à seca e recorria à pescaria em açudes públicos e particulares que ainda possuíam água e vida, conforme relatam em entrevista os ex-trabalhadores-cassacos José Isídio³² e José Ferreira.³³ Milton Cunha e seus colegas de turmas, por exemplo, enquanto seguiam a construção dos trechos da estrada em que trabalharam, em 1958, chegaram a um ambiente de mangues. Nesse lugar, uma espécie de caranguejo tornou-se o ingrediente utilizado “para dar gosto aos caldos” que eram consumidos com farinha. Fora isso, conforme Milton, quando o assunto era comer, um mingau feito com a raspa de coco espremida e farinha, uma mistura de caroços de farinha com açúcar, ou mesmo o feijão “escoteiro” (sem acompanhamentos), serviam para matar a fome.

31 LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 69.

32 ISÍDIO, José. **José Isídio (depoimento, 2014)**. Entrevista cedida a Alexandre Cardoso, Jaguaribe, CE, 20 nov. 2014.

33 FERREIRA, José. **José Ferreira (depoimento, 2012)**. Entrevista cedida a Lara de Castro, Canaã, CE, 14 jun. 2012.

Valia-se, na verdade, do que existia disponível em cada região. Em tempos de empreitadas venturosas em busca de alimentos, os animais, peixes e até crustáceos complementavam as habituais deprimidas refeições. Se nos anos de recursos regulares a coleta e a caça eram costumes presentes no cotidiano de trabalhadores pobres, durante as secas, estes também eram presentes. Então, como se percebe, o improviso e o aproveitamento eram a tônica da vida nas frentes de trabalho, especialmente quando o assunto eram moradia e alimentação.

Porém, com o passar do ano seco, as fontes de água iam secando e os animais e plantas, morrendo, tornando as possibilidades de conseguir sustento na natureza cada vez mais difíceis, o que impelia os trabalhadores-cassacos a dependerem cada vez mais das provisões que recebiam nas obras públicas ou de serviços complementares em troca de algum dinheiro vivo. José Isídio e outros colegas das frentes do açude Pentecoste, depois da semana de trabalho, coletavam palha de carnaúba para revenda, mesmo que soubessem do baixo valor da remuneração a receber. Ainda que cansados, quanto mais os trabalhadores-cassacos percebiam as privações dos seus meios de subsistência, mais eram constrangidos a acionar modos de contornar as incertezas do cotidiano. Ao destinar parte do tempo livre a atividades extrativistas de produtos comercializáveis ou para a própria subsistência, acabavam por estender suas jornadas de trabalho, contraindo outros serviços ou desempenhando atividades não remuneradas, algo cuja função era cobrir a insuficiência da paga pelo seu trabalho.

Já se sabe que a garantia de alimentação era simbolicamente importante para o trabalhador rural, dado o seu costumeiro papel de provedor de toda a família. Embora o trabalho fosse pesado e mal pago, por parte de alguns, poderia existir o esforço de cumprir essa regra social estabelecida, assegurando a sobrevivência dos filhos e da esposa, ainda que de maneira ínfima e precária. Porém, não somente os homens se organizavam em torno da garantia da sobrevivência básica.

Enquanto José Ferreira, ainda recém-casado, em 1958, pelejava nas frentes de serviços, sua esposa, Rosa Tomé, dividia-se entre a rotina da casa e os serviços que lhe dariam algum rendimento. Um punhado de feijão, um litro de farinha, uma cabra emprestada para fornecer leite ou mesmo algum dinheiro em troca de serviços domésticos, em outras residências, amenizavam as dificuldades. O romance *Os cassacos* também conta a história de mulheres nas obras em 1958, ocupando-se na confecção de artesanatos, vendendo cafés, comidas e pingas em barracas, realizando tarefas diversas para ajudar no sustento da casa.³⁴

Chitra Joshi (2009), ao propor uma revisão das abordagens sobre o trabalho feminino na Índia, defendendo a observação das relações entre trabalho, gênero e domesticidade, suscita reflexões sobre como as mulheres desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar da família. As mulheres das comunidades rurais estudadas por Joshi exerciam uma série de atividades enquanto seus companheiros trabalhavam nas cidades.

34 BARREIRA, op. cit., p. 190.

Do mesmo modo, algumas esposas dos trabalhadores-cassacos que permaneciam em suas moradas quando os maridos migravam para as frentes de serviços, “escondidas” no ambiente doméstico, labutavam para suplementar a renda. Não raramente, as receitas que essas mulheres conseguiam eram a principal alternativa econômica das famílias pobres na ausência do marido, naqueles anos difíceis.

Fora isso, recorrer à solidariedade e cooperação dos familiares e colegas era uma prática sempre presente nas comunidades rurais, especialmente em períodos intrincados. Lembranças comuns aos trabalhadores. De fato, era uma verdadeira orquestração de recursos na busca pela garantia da vida, porém, o modo como cada um vivenciou essas dificuldades foi diferente e dependia não somente das estratégias elaboradas por eles. Certamente para as famílias no mais alto grau de insegurança era indispensável qualquer renda arrecadada, inclusive pelos pequenos, em nome de uma colaboração pela sobrevivência.

É de se reconhecer que a família era realmente uma unidade importante de sobrevivência durante as secas, mas os acordos também falhavam. Uma das entrevistadas afirmou que trabalhava e pedia ajuda de parentes para sustentar a si e aos filhos porque o marido – que era pobre, mas letrado, por isso, conseguiu uma função melhor – gastava o que recebia com jogos e “outras coisas” na companhia de colegas que eram funcionários regulares. Esse relato no mínimo problematiza a ideia de uma família em plena harmonia diante dos problemas.

Mesmo assim, é certo que aqueles tempos eram austeros e essas pessoas enxergavam nas frentes de trabalho um recurso temporário para sobreviver às incertezas de um minguado ano. Esse era um dos principais pontos de intercessão entre os pobres das secas. De diferentes maneiras, utilizando-se de arranjos cotidianos individuais, em família ou mesmo através de ações coletivas, como fazendo uso da aglomeração em cidades ou obras, os trabalhadores iam arrumando maneiras, sobretudo, de se desviarem das barreiras que pudessem comprometer a segurança alimentar.

Quando a seca era reconhecida por todos, os retirantes recompunham-se em movimento. Recorriam à rede de contatos com os mais influentes, à camaradagem dos colegas, usavam da perspicácia individual e também das chegadas massivas às cidades com saques e ameaças. Mesmo quando já estavam com serviço nas obras, os trabalhadores predispunham-se a voltar e ameaçar os núcleos urbanos em duas situações: na ocorrência de dispensa coletiva e no corte de abastecimento de alimentos.³⁵

As obras do DNOCS, no mês de abril de 1958, começaram a enfrentar problemas com os fornecedores quando pagamentos aos comerciantes de algumas construções começaram a falhar. Grandes volumes de mercadorias foram vendidos aos trabalhadores, mas o DNOCS começou a atrasar a compensação dos vales retidos pelos negociantes. Por conta disso, iniciaram-se cortes no aprovisionamento de comida aos trabalhadores. O prefeito de Redenção

35 Para Neves, a concentração maciça foi um importante meio de pressão em tempos de secas. Cf.: NEVES, op. cit.

alertou para a possível “invasão” do município e cidades vizinhas por “cassacos” e “retirantes”, caso a regularidade não fosse restabelecida. Em outros lugares, como Messejana, sucedendo o corte de alimentos, o “contingente de praças” não deu conta da “avalanche de trabalhadores a reclamar” por falta de recebimento.³⁶

A suspensão de “dinheiro para fazer pagamentos aos fornecedores”, em várias obras, fez os trabalhadores rumarem para inúmeras cidades mais próximas, buscando o comércio, as prefeituras e o dinheiro circulante. Nesse caso, foi solicitada até a intervenção do Exército. Em outubro, o atraso com o repasse dos vales, interrompendo o fornecimento de comida tomou proporções ainda maiores. As cidades de Trairi, Canindé e Itapipoca foram surpreendidas por trabalhadores-cassacos em busca de gêneros.³⁷

Ocorre que, desde o século XIX, retirantes, autoridades públicas, particulares, religiosas e intelectuais defrontavam-se com interesses conflitantes que envolviam o emprego de migrantes em obras públicas. A proteção paternalista dos donos de terras foi pouco a pouco assumida também pelo Estado em tempos de secas, e os pobres cobravam das autoridades recursos por meio das aglomerações.³⁸ Entretanto, a quebra dos laços entre trabalhadores e donos de terras não ocorreu de forma abrupta e nem completamente, como se observa nas disputas em torno dos alistamentos.

Mesmo assim, pode-se dizer que a política do governo de empregar retirantes em obras se fortaleceu no século XX e os retirantes salientavam-se em nome disso, pois entendiam que não precisavam chegar a um estado de extrema miséria para procurar auxílio. Da mesma forma, prefeitos, vereadores, governadores e outros políticos locais também já sabiam que tipo de concessão poderia satisfazer os retirantes no sentido de prevenir saques, como por exemplo, a distribuição de alimentos.

Andrajosos, os retirantes tinham a circulação e aglomeração como recurso. As péssimas condições de alojamento, o serviço pesado, a disciplina, a hierarquia, certamente desagradavam, mas os trabalhadores lidavam com isso através de estratégias cotidianas e recusa ao trabalho ao primeiro sinal de chuvas. Entretanto, com base em estudos de periódicos – desde o jornal *O Nordeste*, órgão oficial da arquidiocese, até *O Democrata*, jornal de orientação política comunista –, constata-se que os retirantes que já trabalhavam nas obras somente retornavam maciçamente às cidades com seus protestos em circunstâncias que os expunha à fome.

A comparação entre os jornais possibilita o entendimento de que as ações dos cassacos, durante os cortes dos fornecimentos, não eram simples decorrência da má administração do Estado, como o *Correio do Ceará* e outros periódicos afirmavam. De outro modo, sua intensidade

36 **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 abr. 1958; 1 abr. 1958; **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 6 out. 1958; **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 6 out. 1958; **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 14 out. 1958; **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 6 nov. 1958.

37 **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 6 out. 1958; **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 6 out. 1958; **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 14 out. 1958; **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 6 nov. 1958.

38 NEVES, op. cit., p. 42.

também não era tão gritante e nem tampouco fazia as autoridades de completos e impotentes reféns nas mãos dos retirantes, como apresentava o *Democrata*. Porém, a aglomeração, não resta dúvida, foi um importante mecanismo de demonstração de insatisfações e barganha por comida e trabalho, ainda que não tenha resultado numa solução comum de bem-estar para todos, visto que nem todos tiveram suas deficiências supridas por meio dela. Igualmente importantes foram as “artes” cotidianas acionadas em grupo, ou até de modo individual, para enfrentar as durezas do universo de trabalho nas obras públicas durante as secas.

A vida por um fio: doenças contagiosas e acidentes do/no trabalho

O DEFICIENTE VENCIMENTO RECEBIDO por meio de vales, deprimido ainda mais pelos altos preços nos fornecedores, gerava uma precária alimentação, piorava as condições pregressas de depauperamento pela fome que, por sua vez, somadas às condições insalubres nas obras, resultava na disseminação de doenças e *acidentes* no trabalho. Embora nos anos 1950, o DNOCS tivesse em seus quadros enfermeiros, dentistas e médicos que trabalhavam no atendimento, transportes de doentes e aplicação de vacinas e medicamentos vinculados a um serviço de saúde organizado pelo órgão, as fontes institucionais demonstram uma alta incidência de doenças epidêmicas e mortes por *acidentes*.³⁹

O DNOCS e os demais órgãos empregadores de pobres nas secas contavam com a colaboração de outras instituições públicas e particulares filantrópicas, além da igreja católica. O Instituto Butantã, em São Paulo, oferecia gratuitamente vacinas para imunização em massa dos trabalhadores. O Ministério da Saúde, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cooperava com o repasse de medicamentos como sulfas, antibióticos e vitaminas. Também cooperavam com as frentes de emergência, a Conferência Nacional de Bispos, Legião Brasileira de Assistência (LBA), as Pioneiras Sociais e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), abastecendo os lactários do DNOCS e distribuindo gêneros alimentícios numa tentativa de minorar a fome dos trabalhadores mais fracos e doentes, mas especialmente a “miséria alimentar” que abatia as crianças.⁴⁰

A assistência aos trabalhadores do DNOCS e suas famílias tinha como um dos pilares o combate às doenças infectocontagiosas, valorizando os preceitos da boa higiene e alimentação vigentes no contexto nacional daqueles anos.⁴¹ Ainda assim, as intervenções

39 O sistema de saúde do DNOCS, por sinal, foi iniciado nesse ano de 1932, mesmo que modestamente, para combater epidemias de tifo, paratifo, disenteria, varíola e impaludismo. Diante da catástrofe que matou dezenove mil trabalhadores – de um total de aproximadamente 200 mil. GONÇALVES, Luiz Mendes. **Relatório de serviços executados em 1952**. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, 1954.

40 BERREDO, Vinícius; SABOYA, Francisco. **Relatório dos serviços realizados em 1951**. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, 1951, p. 178; DNOCS. **Boletim**. v. 18, n. 2, nov. 1958, p. 100.

41 Cf.: EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Arroz e feijão, livros e discos: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; RODRIGUES, Jaime. **Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960**. São Paulo: Alameda, 2011.

médico-sanitárias parecem ter sido insuficientes diante de imprevistos, desaparelhamentos diversos e da enorme quantidade de pessoas que procuravam auxílio.

As famílias chegavam em grande número, avolumando-se rapidamente nos canteiros de obra. Com o passar dos meses, a quantidade de barracas nos acampamentos das obras só aumentava, sinalizando que igualmente se multiplicava o número de crianças, velhos, homens e mulheres com frágeis condições de saúde. Somavam-se a isso a falta de acampamentos salubres, os problemas com os fornecedores que contribuíam para a uma alimentação ainda pior e o rarefeito número de funcionários naqueles tempos. Assim, não obstante existisse um programa de assistência médica, parecia que quanto mais as autoridades públicas, com apoio de organizações filantrópicas, igreja e particulares, fizessem, mais havia por fazer.

Nos açudes, a aglomeração era mais intensa, afetando profundamente o estado sanitário geral, tornando ainda mais precárias as medidas de higiene. A falta d'água constante, além de sua má qualidade, resultado da falta de aparelhagem suficiente para realizar o tratamento, tornava a situação bastante funesta. A carência desse elemento, portanto, trouxe consequências desastrosas devido aos surtos de moléstias que favoreceram. O engenheiro Luís Carlos Pinheiro alegava que “a mortandade” devia-se mais às epidemias e males vários e não propriamente à fome. Por outro lado, óbvio, essas mortes eram “efeito da fome”, que desnutria o “organismo o tornando frágil a diversas enfermidades”. Além disso, a sede levava o indivíduo ao “mais alto grau da falta de higiene”, pois se saciava “com águas barrentas” nas quais seus “semelhantes e animais se banham”.⁴²

Sendo assim, fome, sede e precárias condições de higiene cooperavam para a disseminação de moléstias. O *Correio do Ceará* informou, em maio de 1958, que casos de tuberculose já atingiam os “flagelados” nas obras.⁴³ Meses depois, a *Gazeta de Notícias* anunciava surtos de doenças em algumas cidades e obras. O município de Camocim sofria um “surto de gripe com caráter epidêmico”, dizia o médico-chefe do Departamento Estadual de Saúde (DES). Já em Itapipoca, localidade de concentração de várias obras de emergência, contabilizavam-se os casos de tifo.

Segundo o ex-feitor de turma José Barbosa, os operários da açudagem eram as maiores vítimas porque ficavam aglomerados, o que propiciava facilmente a transmissão de doenças. Em decorrência disso, conta José, no açude Santo Antônio de Aracatiuaçu, em 1951, muitas pessoas morreram: “Deu muita doença, de todo jeito”. Dessa forma, as frentes de emergência dos açudes tinham aspectos inversos àquelas instaladas nas estradas, onde a dispersão característica dos canteiros de obras acabava desfavorecendo a concentração das epidemias. Possivelmente por isso, diferente do que acontecia nas estradas, a prévia imunização era condição para iniciar o trabalho em alguns açudes.

Em apenas um dos serviços de ambulatório do DNOCS, em Arco Verde, no Ceará, foram

42 DNOCS. **Boletim**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, nov. 1959, p. 115.

43 **Correio do Ceará**, Fortaleza, 12 maio 1958.

contabilizados 10.385 casos de doenças contagiosas, entre cerca de 20.000 trabalhadores alistados, sendo registrados, contudo, 121 casos fatais.⁴⁴ O DNOCS fez uma relação das principais enfermidades infectocontagiosas que acometeram os seus trabalhadores e famílias. Abaixo, uma tabela por ordem de maior incidência.⁴⁵

Tabela 1 – Ocorrência de doenças infectocontagiosas

Doença	Casos	Descrição, causas e modo de transmissão
Gripe	7.101	Infecção das vias respiratórias causada pelo vírus influenza. A transmissão do vírus ocorre pela inalação de partículas infectadas suspensas no ar. Altamente contagiosa, pode causar pneumonia.
Disenteria (bacilar e amebiana)	718	Bacilar: infecção intestinal causada por bactérias. Amebiana: infecção intestinal causada por parasita. Transmitida através de alimentos e líquidos contaminados, ou até contato com material infectado. A disseminação é comum em lugares com falta de condições higiênicas, especialmente tratamento de água.
Diarreia infantil	680	Causada por vários agentes como bactérias, vírus e parasitas. Alta incidência de morbi-mortalidade, especialmente em crianças pobres.
Varicela	327	Conhecida também como catapora, é uma doença viral aguda, caracterizada pelo aparecimento de erupções cutâneas. Transmitida através do contato direto. Comum na infância.
Sarampo	321	Doença infecciosa aguda, extremamente contagiosa, acomete especialmente as crianças. Endêmica e epidêmica em grandes conglomerados. As crianças são as mais susceptíveis.
Tracoma	263	Infecção ocular transmitida através do contato direto com objetos e disseminadas também por moscas. Pode causar cegueira.
Coqueluche	224	Doença infecciosa do trato respiratório. Transmissão de pessoa para pessoa e contato com objetos contaminados. A letalidade é mais frequente em crianças de até dois anos.
“Doenças venéreas”	194	Transmitidas sexualmente. ⁴⁶
Parotidite	150	Doença viral caracterizada por febre e aumento das glândulas salivares. Apresenta várias complicações, sequelas, podendo afetar rins, cérebro, pâncreas e levar a óbito.
Tuberculose	132	Doença infecciosa que atinge pessoas de baixa imunidade. Incide em áreas de alta concentração populacional e precárias condições socioeconômicas e sanitárias.
Impaludismo		Malária. Doença infecciosa aguda transmitida por mosquito.
Varíola alastrin	31	Doença altamente contagiosa causada por vírus. Atinge especialmente crianças.
Difteria	27	Doença bacteriana que causa inflamações e infecções na laringe e amídalas.
Bouba	29	Doença de pele, ossos e cartilagem. Transmitida através do contato com a pele. As crianças são mais susceptíveis.
Infecção pauperal	13	Doença que acomete mulheres depois do parto.

44 PASSOS, José Cândido Parente Pereira. **Relatório de obras executadas em 1958**. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

45 PASSOS, José Cândido Parente Pereira. **Relatório de obras executadas em 1958**. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960. As informações sobre descrição, causas e modo de transmissão foram retiradas de manuais instrutivos de epidemiologia do Ministério da Saúde.

46 Existia um serviço federal para combater essas doenças, especialmente a sífilis.

Doenças do grupo tifo-paratifo	3	Tifo é uma doença transmitida por piolhos por meio de uma bactéria. Facilmente se difunde em lugares de aglomerações e falta de higiene. Já o paratifo é uma infecção que ataca o intestino, com sintomas parecidos com os da febre tifóide, causada pela mesma bactéria <i>Salmonella typh</i> .
--------------------------------	---	---

Fonte: DNOCS. **Relatório de obras executadas em 1958**. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

Os números acima possivelmente não minutam todos os casos, somente os que eram registrados pelo atendimento médico. Através da análise da fonte citada, nota-se que os trabalhadores e suas famílias estiveram expostos, em 1958, a um quadro amplo de possibilidades de doenças infectocontagiosas. Moléstias que atingiam o globo ocular, as vias respiratórias, o sistema digestivo, epitelial, algumas com consequências graves e duradouras, podendo deixar sequelas ou até levar à morte. São enfermidades que se disseminam muito rapidamente em lugares abarrotados de gente e com pouca higiene, atingindo organismos com baixo sistema imunológico. Não era à toa que os males mais alastrados eram gripe e diarreias agudas. As crianças, aliás, em alguns casos, eram as mais suscetíveis.

Além das precariedades de subsistência e saúde nas frentes de serviço, pode-se considerar que o DNOCS, em diversas situações, também assumiu os riscos de colocar em perigo a vida dos seus trabalhadores, sobretudo quando se observam os casos de “acidentes” de trabalho, pois além de esgotados e mal alimentados, os trabalhadores labutavam de sol a sol, frequentemente sem equipamentos de segurança adequados, mesmo em serviços onde havia ameaça direta de eventos fatais, como a instalação de linhas de energia e perfuração de túneis, conforme observamos em imagens.⁴⁷

Na realidade, é certo que muitos trabalhadores morreram durante as secas da década de 1950. O perfil das vítimas fatais era o da falta de experiência com algumas tarefas, o que se somava ao depauperamento de forças, à escassez de água e alimentos e às doenças, num ambiente de poucas ações com objetivos de garantir a segurança no trabalho. Essas equações eram nefastas, podendo derivar em incapacidade provisória, incapacidade permanente e até morte, como registram as próprias tabelas anexadas nos relatórios do DNOCS. Segundo os algarismos referentes à assistência médica do ano de 1958, 35.635 trabalhadores-cassacos morreram de “acidentes” de trabalho, cerca de 9% do numerário daquela instituição.⁴⁸

Mesmo considerando que entre os acidentados poderiam ser contados familiares dos trabalhadores que viviam nos arredores das obras, chama atenção a quantidade de mortos por essa causa. De qualquer modo, essa cifra torna o acontecimento catastrófico, principalmente numa relação de trabalho precária, assegurada nos moldes informais, sem contrato de trabalho e sem garantias de direitos, inversamente proporcional ao formalismo e

47 PASSOS, José Cândido Parente Pereira. **Relatório de obras executadas em 1959**. Rio de Janeiro: DNOCS, 1960.

48 DNOCS. **Boletim**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, nov. 1959.

assepsia estatística presentes nos relatórios do órgão. Por isso, a análise das circunstâncias de trabalho e sobrevivência nas frentes de serviço torna, no mínimo, muito difícil a reprodução da palavra *acidente* sem o recurso às aspas.

A prática da política das obras contra secas era trocar o socorro aos retirantes e seus familiares pela oferta de emprego e muito trabalho duro. Era preciso, então, ocupar os retirantes, recorrendo-se mesmo aos vultosos orçamentos que englobavam a manutenção de um complexo serviço de saúde e as despesas com os baixos vencimentos de milhares de cassacos, o que atraía a elite política nos lugares e regiões. Os custos dos trabalhadores também existiam, pagos antes de mais nada com seu trabalho forçado, e muitas vezes quitados com a própria vida.

No regime de diárias, empreitadas, sujeitos às viradas noturnas, para receber mais ou ter um maior tempo de descanso ao lado da família, esperava-se um ritmo de trabalho que garantisse o cumprimento dos prazos dos empreendimentos. Trabalho sincronizado que exigia uma medição mais analógica do tempo. Controle, disciplina, compasso, hierarquia, tarefas parceladas combinavam com a aceleração da produção e minimização dos custos, devido aos altos investimentos das obras públicas no contexto da década de 1950, especialmente dos últimos anos. A lida pesada e coletiva não contrastava com os costumes da maioria dos sertanejos, mas as diferentes referências temporais, marcadas, que não respeitavam o tempo do estômago e do sono, as exigências de eficiência e produção, as tarefas divididas e maquinadas pela repetição poderiam incomodar quem estava habituado a trabalhar num ritmo mais próprio, sem distinção clara hierárquica, sem a rigidez da rapidez para a entrega de um trabalho.

Esse contexto não era o mais propício para que estratégias coletivas e organizadas fossem arquitetadas por aqueles obreiros em represália às péssimas condições de trabalho. Ainda que em nome destas ações na forma de resistências cotidianas ocorressem, as maiores lutas eram para sobreviver. O alimento, ou melhor, a falta dele, gerava ações individuais e coletivas. Os trabalhadores-cassacos retornavam às cidades em forma de avalanches caso situações que os expusesse à fome voltassem ou os ameaçassem novamente. As memórias mais fortes são de como se esforçavam cotidianamente para assegurar a comida, portanto, a vida.

O cotidiano dos trabalhadores-cassacos era de verdadeiras jornadas da fome. Os vales recebidos só poderiam ser trocados em gêneros preestabelecidos e nos fornecedores habilitados pelos órgãos que administravam as obras. Mercadoria cara, de qualidade duvidosa, muitas vezes, e insuficiente para assistir a toda a filharada. Mal alimentados, em ambientes apertados e insalubres, diversas doenças não demoravam a surgir, atingindo centenas de pessoas em todas as construções do período, dizimando especialmente as crianças.

Com tudo isso, a lida nas obras públicas ainda era uma alternativa nos tempos austeros.

Medida emergencial, circunstancial, que objetivava garantir o sustento familiar enquanto a seca durasse. No mais alto grau de insegurança era indispensável manter-se alistado nas obras e somar os recursos a qualquer renda arrecadada pelas crianças e mulheres em nome de uma colaboração pela sobrevivência. Embora a cooperação familiar às vezes falhasse, mulheres, crianças e homens empenhavam-se como podiam, às vezes próximos, dividindo o cotidiano nos acampamentos das construções, às vezes longe, enfrentando a constante saudade. Tratados com desdém e preconceito pelos de cima, na imagem e na função de cassacos – comparados a animais –, resistiam no papel de seres humanos, no limiar da morte, de trecho em trecho, ou de volta para a roça, para casa, para algum lugar.

Recebido em 01/07/2020

Aprovado em 15/08/2020